



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR

Maio de 2011

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

DESENVOLVIMENTO NACIONAL E ARQUITETURA MODERNA: OS CONJUNTOS
HABITACIONAIS DOS IAP

Camila Ferrari (IAUSC-USP) - camila.ferrari@usp.br

Arquiteta e Urbanista, Mestranda em Arquitetura e Urbanismo no Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos - USP

Desenvolvimento Nacional e

Arquitetura Moderna:

os Conjuntos Habitacionais dos IAP

Resumo

A partir de 1930 o trabalhador brasileiro é reconhecido pelo governo getulista como base da industrialização e do nacionalismo que se queria fortalecer, um cidadão aculturado, contribuinte e cujos direitos sociais seriam atendidos pelos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAP) era a imagem do novo homem brasileiro. Criados em 1933 com a finalidade principal de proporcionar benefícios previdenciários e assistência médica aos trabalhadores, os IAP foram ainda responsáveis, até sua extinção em 1964, por grande parte da produção habitacional no Brasil. Para o novo cidadão-trabalhador novas moradias foram produzidas por profissionais que conceberam conjuntos habitacionais que faziam parte de uma também nova visão de cidade, a cidade moderna. A proposta deste trabalho é versar sobre como a identificação de intenções semelhantes, entre Estado desenvolvimentista e arquitetura moderna, ocasionou, em especial através dos conjuntos residenciais dos IAP, um dos únicos momentos da história da habitação popular brasileira em que o projeto habitacional foi associado ao projeto de cidade.

1. Desenvolvimento Nacional e Populismo

Economicamente a República Velha teve sua base na exportação do café, atividade correspondente a mais da metade de toda a movimentação da economia nacional, o que representava um grave problema: a fragilidade do modelo exportador baseado quase que somente em um único produto. Em 1929 a crise da quebra da Bolsa de Valores em Nova York desmantelaria a economia mundial e brasileira. O preço do café no mercado mundial baixou mais de 60% e a queda da exportação levou a redução de salários, diminuição do poder de compra e uma conseqüente queda no tímido comércio então existente no Brasil. O encolhimento na economia acarretaria ainda mudanças no campo político.

A elite cafeeira apropriara-se do governo republicano ao fazer valer a “Política do Café-com-Leite”. Desde 1898 representantes dos estados de São Paulo, mais poderoso economicamente principalmente devido à produção de café, e Minas Gerais, maior contingente eleitoral do país à época e produtor de leite, revezavam-se na presidência do Brasil, com o apoio das elites agrárias dos outros estados. No entanto, os expoentes políticos da República Velha vinham perdendo força com o desenvolvimento da indústria e o crescimento de uma burguesia citadina industrial, revoltas nazi-fascistas e dissidências políticas entre as próprias oligarquias, o que ameaçava a continuidade do Estado oligárquico; quadro este agravado pela queda dos preços do café devido à crise mundial.

O momento de crise político-econômica levou à formação da Aliança Liberal, firmada entre os estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, que em 1930, com o apoio militar do tenentismo, tomou o governo e entregou o poder a Getúlio Vargas. A Revolução de 1930,

é o ponto de partida de uma nova fase na história brasileira, em que se assiste a um complexo desenvolvimento histórico-político, cujos traços dominantes são as tendências de liquidação do Estado Oligárquico, alicerçado em uma estrutura social à base da grande propriedade agrária voltada para o mercado externo, e de formação de um Estado Democrático, apoiado principalmente nas massas populares urbanas e nos setores sociais ligados a industrialização. (WEFFORT, 1980, p.45)

Para regularizar a situação do Brasil tanto internamente, quanto no cenário internacional, as primeiras atitudes getulistas foram no sentido de estancar a crise econômica. Para tanto, Vargas renegociou dívidas com outros países, implantou o controle de câmbio em que procurou desvalorizar a moeda nacional e elevou tarifas de importação, prevendo com essas medidas uma menor entrada de produtos no país.

Preocupado com a queda no preço do café, o presidente criou o Conselho Nacional do Café, que passou a determinar os rumos econômicos do bem, retirando seu controle dos estados produtores. A partir de medidas polêmicas, como a compra e destruição da produção excedente, atingiu-se o equilíbrio entre oferta e demanda, além do controle do valor de mercado. Ao mesmo tempo em que protegia os agricultores, o governo deu início a um processo de despolarização da economia em torno do café e passou a incentivar os investimentos na indústria nacional.

À proposta de desenvolvimento da indústria, aliada a um forte sentimento nacionalista deu-se o nome de nacional-desenvolvimentista, e esta seria incentivada, entre outras formas, através da destinação do excedente de lucro que era gerado pelas produções agrícolas para o incremento industrial. A questão nacional, aliada ao desenvolvimento, “implicava no desejo de independência política e econômica das potências internacionais, ao mesmo tempo em que se buscava uma atualização com a vanguarda internacional paralela a utilização de matéria prima regional na produção cultural”. (MARTINS, 1987, p.120)

O crescimento populacional urbano acelerado pela abolição da escravatura, com a ida de negros e mulatos para as cidades e com os inúmeros imigrantes que desembarcavam diariamente em nossos portos para trabalhar nas lavouras, muitos deles abandonando o trabalho no campo, gerou grande oferta de mão de obra disposta a trabalhar na incipiente indústria que se desenvolvia rapidamente, especialmente na cidade de São Paulo.

Essa população se destaca dentro da proposta desenvolvimentista desde o momento em que o governo recém-empossado percebe que nenhum dos grupos participantes do poder o detinha com exclusividade ou podia oferecer as bases da legitimidade do Estado: a elite cafeeira porque fora deslocada do poder político, os setores menos associados à exportação porque não se encontravam vinculados aos centros básicos da economia, as classes médias porque não possuíam “autonomia política frente aos interesses tradicionais em geral” (WEFFORT, 1980, p.50) e a burguesia industrial que ainda se firmava como influência político-econômica.

Esta circunstância abre a possibilidade de um Estado, entendido como um órgão (político), que tende a afastar-se dos interesses imediatos e a sobrepor-se ao conjunto da sociedade como soberano. Nestas condições, aparece na história brasileira um novo personagem: as massas populares urbanas, [...] a única fonte de legitimidade possível ao novo Estado brasileiro, [...] que só encontraria condições de persistência na medida em que se tornasse receptivo às aspirações populares.² (WEFFORT, 1980, p.50,51)

Para Ianni (1975), a combinação dos interesses econômicos e sociais não somente do proletariado, mas da classe média e da burguesia pretendia favorecer a expansão industrial e garantir que as camadas populares participassem do desenvolvimento da nação, dentro da ideologia nacional-desenvolvimentista.

Partindo desta constatação e atentando para a classe trabalhadora o Estado percebe que a esta população não eram garantidos até então quaisquer direitos sociais ou trabalhistas. O período da República Velha, segundo Santos (1979), fora marcado pela organização baseada no *laissez-faire*, mas também pela coação. Isso porque mesmo que existissem movimentos de operários, trabalhadores rurais e outros no sentido de buscar direitos sociais e melhores condições profissionais, tais movimentos eram sempre muito reprimidos. Embora já houvessem ocorrido, principalmente no início do século XX, algumas iniciativas de regulamentação trabalhista, somente em 1923 é criada a Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Ferrovários, que assegurava aos trabalhadores assistência médica, aposentadoria por tempo de serviço, velhice ou invalidez, pensão em caso de falecimento e subsídio a despesas funerárias.

Vargas reconhece no proletariado a base da indústria nacional e admite que devam ser providas as condições necessárias para a reprodução da força de trabalho, dentre elas, o salário mínimo, a assistência à saúde e o direito à moradia saudável. Somente assim se formariam homens capazes de oferecer seu trabalho na condução da indústria e serem além de tudo, consumidores. Assim, o presidente, que desde a Aliança Liberal manifestava sua indignação perante a negação da questão social pelo poder público e reconhecia que esta teria de ser encarada com seriedade pelo novo governo, construiria as bases da dinâmica populista no Brasil.

Ianni (1975, p. 59) afirma que

foi a democracia populista que propiciou a conciliação de interesses em benefício da industrialização e em nome do desenvolvimento nacionalista. Em suma a política de massas funcionou como uma técnica de organização, controle e utilização da força política das classes assalariadas, particularmente o proletariado.

Contudo, reconhecida a importância política e econômica das massas, pesava ainda um fator importante que recaía na origem multifacetada do operariado, que agregava indivíduos de origens diferentes, indivíduos que migravam do campo para a cidade, muitas vezes migrando entre estados, indivíduos que possuíam, enfim, hábitos e costumes variados. Tal pluralidade atrapalhava a unidade da nação e impedia a caracterização de um cidadão brasileiro, o que leva Getúlio Vargas a propor a existência de uma Identidade Nacional, capaz de superar a ameaça à coesão social interna, representada pelo caráter pluriétnico da população trabalhadora. (MARTINS, 1987, p.120)

Nesse sentido, dentre as primeiras decisões de Vargas está a criação, ainda em 1930, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio – MTIC e do Ministério da Educação e Saúde Pública - MESP, que seriam instrumentos para a formação do novo cidadão-trabalhador brasileiro, com nova mentalidade e elevado nível cultural. (CAVALCANTI, 1987 in GUERRA [org.], 2010)

Em 1932 é criada a carteira profissional obrigatória, que se tornaria “a evidência jurídica fundamental para o gozo dos direitos trabalhistas” (SANTOS, 1979, p.76), e em 1933 se reorganizam as relações econômicas juntamente com a questão social, notoriamente através dos Institutos de Aposentadoria e Pensões, “instituições previdenciárias cuja função era expandir gradativamente os direitos sociais aos assalariados urbanos, ou seja, aos cidadãos”. (FARAH, 1983, p.23)

O governo brasileiro seguia assim uma tendência internacional ao intervencionismo estatal no provimento de direitos sociais à população como saúde, educação e moradia barata. No entanto, ao apontar a classe operária associada aos IAP como a população cujos direitos sociais deveriam ser atendidos, o governo dá início não a um *Welfare state*, mas a um *Workfare state*, entendido como um estado de bem-estar-social promovido somente aos trabalhadores formais, pois, conforme aponta Santos (1979, p.75):

[...] a extensão da cidadania se fazia via regulamentação de novas profissões e/ou ocupações, em primeiro lugar, e mediante ampliação do escopo dos direitos associados a estas profissões, antes que por expansão dos valores inerentes ao conceito de membro da comunidade.

Os direitos sociais eram desta forma concebidos como privilégio das profissões legalizadas pelo Estado, já que uma parcela da população, os trabalhadores não registrados e pessoas que não tinham um emprego formal, ficava à margem dos benefícios concedidos pelo sistema previdenciário. Assim, ter uma profissão legal passou a ser a grande aspiração das classes populares. Os Institutos de Aposentadoria e Pensões, ao serem eleitos por Vargas como provedores dos direitos trabalhistas e sociais àqueles trabalhadores vinculados às categorias profissionais representadas pelos próprios IAP, se converteram em instrumentos de uma cidadania regulada³ pela carteira de trabalho, “que se tornou mais do que uma evidência trabalhista, uma certidão de nascimento cívico”. (SANTOS 1979, p.76)

Confirmava-se assim o interesse estatal pela classe operária, considerada fundamental ao crescimento e reconhecimento político-econômico da nação e do cidadão brasileiro; é a partir de então que se considera o papel do Estado na garantia dos direitos desta população, merecendo destaque o direito à habitação, “um dos setores considerados essenciais na formação do novo-homem e da nacionalidade”. (CAVALCANTI, 1987 in GUERRA [org.], 2010, p.110)

2. Os Conjuntos Habitacionais dos IAP

Não havia moradias suficientes para a grande massa que chegava às cidades brasileiras no início do século XX, o que exigia que fossem rapidamente providenciadas, pois se acreditava que a falta de alojamento poderia ser um obstáculo ao crescimento urbano, caso a crescente oferta de mão de obra minguasse por não ter onde morar. Estas primeiras décadas do que seria uma produção habitacional voltada à população de baixa renda no Brasil, que se inicia, segundo Correia (2004) por volta de 1886, foram marcadas principalmente pela produção privada de moradias, em boa parte alugadas pelos industriais aos operários.

No início do governo getulista, em 1930, outra estratégia seria adotada na produção de habitações populares. É em meio à proposta de reorganização social que a moradia aparece como caminho para modificar as condições da classe trabalhadora, introduzindo novos hábitos e um modo de vida moderno, que romperiam com o atraso do país expresso no subdesenvolvimento, na ignorância, na injustiça social e nas práticas de produção arcaicas e de baixa qualidade. A moradia passa a ser vista como item básico da reprodução da força de trabalho e, portanto, como fator econômico na estratégia de industrialização do país, e, além disso, como elemento na formação ideológica, política e moral do trabalhador, logo, decisiva na formação do novo homem trabalhador brasileiro. (BONDUKI, 1998)

A era Vargas marcaria assim o surgimento da habitação social no Brasil e a partir desse momento se tornou possível e legal (artigo 2.º do decreto 19.469 de 17/12/1930) a aplicação de recursos previdenciários no setor da habitação. O presidente promove uma regulamentação das condições de vida dos trabalhadores, incluindo a reorganização do setor previdenciário com a criação dos Institutos de Aposentadoria e Pensões, órgãos que nesse ínterim ganharam força e incentivo do Estado para aplicarem os recursos previdenciários dos trabalhadores contribuintes na aquisição e construção de moradias adequadas às necessidades do proletariado nacional.

Os Institutos, órgãos vinculados ao Estado na medida em que este detinha o controle de sua gestão através do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) que nomeava os presidentes dos vários IAP, têm sua origem em 1923, sob o governo de Arthur Bernardes, quando é aprovada a Lei Elói Chaves, que dá origem às Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAP). Estas estruturaram o sistema previdenciário brasileiro, até então a cargo dos próprios empregados, consistindo-se basicamente na criação de um fundo de caráter tripartido entre empregado, empregador e Estado, que vinha da abdicação das partes de uma parcela da renda a que teriam direito segundo os rendimentos da empresa. Nesse sentido a CAP era regrada por empresas, ou seja, mesmo que todos pertencessem a uma mesma categoria profissional, a parte à qual tinham direito no fundo

dependia da empresa contratante. As Caixas foram criadas separadamente para cada profissão, sendo a primeira a dos funcionários das Estradas de Ferro. Em 1930 já havia 47 Caixas, contando com cerca de 140 mil associados.

A partir de 1933, o governo elaboraria então os Institutos de Aposentadoria e Pensões, sendo o primeiro deles o IAPM (marítimos). Seu caráter era semelhante ao das CAP, mas diferentemente destas, abrangiam as categorias profissionais como um todo, independentemente do empregador. Porém, seria somente em 1937 com o decreto 1.749 que se buscava criar condições para uma atuação mais vigorosa dos IAP na área de habitação. (BONDUKI, 1998)

Os Institutos produziram, principalmente a partir de 1937 até 1964, aproximadamente 124 mil unidades habitacionais. A Fundação da Casa Popular, órgão criado em 1946 por Eurico Gaspar Dutra, mas já formulado anteriormente por Getúlio Vargas com a proposta da unificação dos IAP no Instituto de Serviços Sociais do Brasil (ISSB), nunca atuou da maneira esperada, produzindo por sua vez, ao longo de sua existência algo em torno de 18 mil unidades. (BONDUKI, 1998)

A provisão habitacional era então, na dinâmica estadonovista, entendida como função estatal e por isso previa-se uma produção em massa que atendesse a demanda nas grandes cidades, proposta que seria amplamente beneficiada pela lógica moderna da racionalização. O entendimento de moradia moderna fez com que os programas passassem a incluir “uma gama variada de equipamentos coletivos, difundindo-se a concepção de que habitação não podia ser apenas a moradia individual” (BONDUKI, 1998, p.145), e que os projetos de habitações e de cidade eram indissociáveis.

Foram assim adquiridos ou construídos conjuntos residenciais que assumiram dimensões até então impensadas, uma vez que para alguns deles eram previstas cerca de 2.000 unidades, que contavam ainda com clubes, ginásios, escolas, cinema etc. Até então, as residências econômicas produzidas por locatários privados ou pelos próprios industriários para seus operários seguiam o esquema de casas individuais ou geminadas em lotes, sem qualquer preocupação com equipamentos, serviços e áreas de lazer.⁴ “Inexistia a própria idéia de conjunto habitacional”. (BONDUKI, 1998, p.163)

Nestes núcleos, concretizava-se o ideal de proteção e controle amplo do trabalhador, criando um espaço totalizador onde seu tempo livre era inteiramente ocupado em atividades educacionais e recreativas promovidas ou controladas pelo Estado que, ademais, era o seu locador. A imagem paternalista do Estado atingia o seu ápice. Além de regulamentar as relações entre o capital e o trabalho, de estatizar a previdência social, de interferir nos sindicatos, atrelando-os ao Ministério do Trabalho, e de criar a Justiça do Trabalho, o poder público edificava o espaço de moradia do trabalhador, alugava-o, a valores congelados, para assalariados filiados aos Institutos e montava uma estrutura de equipamentos sociais que mantinha

entretidos os trabalhadores e suas famílias. [...] Ao novo homem que se buscava forjar, era necessário moldar um novo espaço, uma nova concepção de morar, uma nova arquitetura: a moderna. (BONDUKI, 2008)

Concretizavam-se desta forma, nos conjuntos residenciais dos IAP, projetos pioneiros de habitação e cidade modernas, levando espaços de qualidade às populações menos favorecidas.

3. Influência Moderna nos Conjuntos dos IAP

O processo de adaptação do ideário moderno à proposta habitacional do período Vargas, ou, como sugere Martins (1998, p.70), o inverso: a aposta modernista em fazer do Estado seu “agente fundamental de institucionalização” seria, segundo Porto (1938), coetâneo à própria idéia de utilização dos fundos previdenciários dos IAP no oferecimento de habitações aos operários. É particularmente a partir da obra de Rubens Porto que prosseguiremos o entendimento deste ajuste entre arquitetura moderna e a produção de moradias, dada sua influência e participação na elaboração do programa habitacional dos institutos e caixas de pensão.

Antes, porém, faz-se necessária uma breve explanação sobre a experiência moderna em arquitetura e urbanismo, e como ela chegaria ao Brasil.

A Arquitetura e o Urbanismo Modernos

Nos últimos anos do século XIX ocorre o apogeu da época industrial, inúmeras inovações tecnológicas são vistas dentro das indústrias química, elétrica e petrolífera, incluindo o desenvolvimento dos meios de transporte, como o avião e o navio movido a vapor. Bens de consumo passam a ser produzidos em massa e surgem novos métodos de conservação de alimentos. Entre as novas pesquisas estavam também aquelas que influenciariam os processos construtivos: novos materiais como o aço e o concreto armado, e instrumentos de comunicação, como o telefone e o elevador, que possibilitariam a construção de edifícios de múltiplos pavimentos.

Neste momento da história, a população urbana na Europa Ocidental supera o contingente populacional rural fazendo crescer a importância das metrópoles. Segundo Benévolo (1994) nestas cidades, que se tornariam referência para o urbanismo no Brasil, as instalações urbanas, tais como redes de água e esgoto, elétricas e de gás, além das ferrovias metropolitanas acompanharam o crescimento industrial tornando-se, no entanto, logo no início do século XX, obsoletas, confrontando-se com novos problemas como o rápido crescimento urbano e o projeto de grandes cidades.

As primeiras décadas do século XX são marcadas por debates acerca das novas possibilidades, assim como das novas necessidades das cidades e do homem que nelas habita. A industrialização e seus reflexos na sociedade serviam de reflexão aos artistas na busca de soluções para os problemas da arquitetura e do urbanismo de sua época. De maneira geral, o urbanismo e a arquitetura de que tratavam estes profissionais de diversos países tinham suas origens na racionalização industrial, como forma de superar os modelos tradicionais de cidade e moradia, entendidos a partir de então como obsoletos e não adaptados a receber as novas tecnologias.

Após a guerra o problema da falta de moradias passa a existir em quase todos os países europeus, fosse pelos danos causados pelas batalhas, ou, principalmente, pelo encarecimento dos custos de construção, pela falta de materiais ou dificuldade de importação durante a guerra. Em cada país torna-se necessária a intervenção estatal para solucionar a questão da habitação para as classes populares e os processos racionalizados advindos das propostas modernas de arquitetura e urbanismo se adaptariam amplamente a essa demanda.

Benévolo destaca os primeiros a compor experiências de destaque na arquitetura moderna e a partir das quais muitos outros trabalhos surgiriam, inclusive com as dificuldades do pós-guerra: Walter Gropius e seus companheiros da Bauhaus na Alemanha e o arquiteto franco-suíço Le Corbusier.

Gropius e a Bauhaus

Dissidências e discussões sobre o ensino das artes na Alemanha ocasionaram, no ano de 1919, na cidade de Weimar, a fundação da Bauhaus, uma instituição que mesclava Academia de Artes com Escola de Artes e Ofícios, da qual Walter Gropius, seu criador, torna-se o diretor. Em 1911, Gropius já construía o que seria para Choay (2007, p.175) o “primeiro símbolo da Arquitetura Racionalista”, a fábrica Fagus, com “esqueleto de aço, frentes de vidro e formas geométricas completamente despojadas”.

É o próprio Gropius quem destaca, de acordo com Benévolo (1994), três características principais do ensino proposto na Bauhaus: o paralelismo entre ensino teórico e prático; o contínuo contato com a realidade do trabalho e a presença de professores criativos. Porém o que chama a atenção é uma peculiaridade na maneira como se desenvolveriam posteriormente as oficinas da instituição: a aproximação entre artesanato e indústria. Para Gropius, ambos eram facetas diferentes de uma mesma realidade, que produzia objetos em maior ou menor escala e com apetrechos distintos, mas em um fator o trabalho na indústria se distinguia como que por oposição ao trabalho do artesão: na ausência de vínculo subjetivo entre o produto final e aquele que o produz. Assim, dentro de

uma preocupação social, a Bauhaus buscava unir cultura e produção, e “uma nova pedagogia, baseada no trabalho de grupo, pôde propor-se a inserir aos poucos o artesanato na indústria, e com isso recuperar os valores da antiga tradição artística e introduzi-los no ciclo vital da sociedade moderna”. (BENÉVOLO, 1994, p.406)

No ano de 1925, por questões políticas, a escola é transferida de Weimar para Dessau e em 1928, Gropius demite-se e passa a direção para Meyer. Neste momento a Bauhaus se afirmava como método de ensino e inúmeras outras instituições procuravam se inspirar nas experiências ali desenvolvidas, assim o arquiteto considera que seu papel como grande propulsor do trabalho específico da Bauhaus estava consolidado, e que era o momento de trabalhar fora do âmbito pedagógico.

Em 1926, fizera o projeto do bairro Törten em Dessau, em 1927 vencera o concurso para o bairro operário Dammerstock e em 1928 conceberia o também bairro operário Siemenstadt, “que iriam servir de modelos ao urbanismo progressista” (CHOAY, 2007, p. 176). Aproximando-se a partir de então do projeto urbanístico, Gropius afirma que apenas fornecer modelos à sociedade não é o bastante, sendo necessário o contato com aqueles destinados a utilizar o espaço a ser projetado.

Importava especialmente a questão da morada mínima para as classes economicamente desfavorecidas:

era preciso determinar a estrutura necessária desse alojamento, concebido como uma unidade econômica completa. E além desses problemas surgia o da forma a ser dada a cidade inteira, entendida como um organismo planejado. [...] Minha concepção do arquiteto como coordenador – cuja função consiste em reduzir ao mesmo denominador os problemas plásticos, técnicos, sociais e econômicos colocados pela construção – levou-me inevitavelmente ao estudo das funções do alojamento ao das funções da rua, e do das funções da rua ao das funções da cidade. (CHOAY, 2007, p.178)

Desde que se retira da Bauhaus, Gropius dedica-se então à questão da moradia em série, tema que não abandonará seu trabalho mesmo posteriormente quando, fugindo do nazismo, vai para a Grã-Bretanha e depois para os Estados Unidos. Segundo Choay (2007) é principalmente devido ao seu trabalho o sucesso do Estilo Internacional na arquitetura americana após a segunda guerra mundial.

Le Corbusier

A França, no momento em que internacionalmente já se discutiam as bases de um novo urbanismo e uma nova arquitetura, passava por um momento de particular estabilidade, especialmente no que dizia respeito aos movimentos de migração campo/cidade e aumento demográfico urbano que tanto afligiam outros países. Arquitetos como Garnier e Perret já buscavam romper com o academicismo, o primeiro, publicando em

1917, “Uma cidade industrial”, considerado por Choay (2007) como o primeiro manifesto do urbanismo progressista. Mas é Le Corbusier quem assume o papel de “enfrentar as tradições de seu país sem perder de vista as relações com o movimento internacional” (BENÉVOLO, 1994, p.426), atuando como um mediador entre a tradição francesa e o movimento moderno.

Para Le Corbusier, arquitetura e urbanismo eram indissociáveis: “uma arquitetura nova que ponha em prática a novas técnicas de construção e a nova visão do espaço só tem sentido quando integrada a uma cidade moderna” (CHOAY, 2007, p.183). De modo geral, um plano de cidade deveria contemplar: o descongestionamento do centro da cidade, o aumento da densidade, da circulação e das superfícies verdes. Em 1922 faz o primeiro projeto de uma cidade ideal: arranha-céus, *immeubles-villes* que reuniam alojamentos e serviços, todos imersos numa grande área verde, separação funcional das atividades pela cidade, grande escala e monumentalidade compunham a *Ville Contemporaine*.

Dentre as características de sua metodologia estavam os volumes simples e o reconhecimento dos novos produtos industriais (o avião, os carros) na própria obra arquitetônica e em seus elementos; os materiais rudes, o exterior como projeção do interior e a construção da casa em série, como qualquer produto industrial. O ano de 1926 seria marcado pela divulgação do que seriam para Le Corbusier e seu primo, o também arquiteto Pierre Jeanneret, os cinco pontos da nova arquitetura: 1. pilotis; 2. teto-jardim; 3. planta livre; 4. janelas corridas; e 5. fachada livre, todos possibilitados pelos novos materiais e técnicas da era industrial. Era essencial para o arquiteto que a arquitetura seguisse o espírito do seu tempo, *L'Esprit Nouveau*.

Le Corbusier “cultiva a idéia de uma arquitetura demiúrgica, onde o comportamento da maioria fosse regulado pela ação esclarecida da minoria” (BENÉVOLO, 1994, p.476). Desse modo, é quase que natural a sua pretensão de exercer esta função no nível máximo, através do Estado. Gropius vê nas elites a função de mediadores culturais que aos poucos deveriam afastar-se de sua posição de liderança na sociedade, mas assim como Le Corbusier, percebe a importância do papel do Estado, pois é ele o lugar onde todos os interesses se colocam.

Segundo Benévolo (1994, p.476), Le Corbusier não tinha experiências de relações com o Estado, por isso “pensa poder utilizar o poder público como executor de suas intenções, sem abdicar da condição de distanciamento que lhe é própria enquanto intelectual”. De maneira oposta, Gropius cultivava há tempos relações com o poder, dado que a Bauhaus fosse uma instituição estatal e para ele, assim como para outros profissionais com o mesmo tipo de experiência, “se os arquitetos sustentam que podem influir nas condições de vida dos demais, o menos que se pode pedir a eles é que apresentem suas propostas segundo as regras vigentes”, ou seja, de acordo com o Estado.

A habitação no pós-guerra

Sobre o papel da arquitetura moderna no pós-guerra, vale a pena destacar, dentro do interesse deste trabalho, a experiência de Ernst May na Alemanha. Depois de 1924 várias cidades alemãs investem na padronização das moradias e o urbanismo adquire importância na medida em que surgem grandes complexos periféricos. Em muitas destas cidades arquitetos modernos tornam-se os responsáveis pelos programas de habitação coletiva e May assume este papel em Frankfurt.

Embora anteriormente trabalhasse segundo estilos tradicionais, desta empreitada adota logo de início as propostas feitas por Gropius e outros arquitetos modernos. Ernst May projeta cerca de quinze mil moradias, quase todas construídas numa área ao norte de Frankfurt, separadas do núcleo tradicional por um cinturão verde e dotadas de escolas, centros comerciais e restaurantes, numa condição de autonomia perante a cidade existente. Os tipos habitacionais eram padronizados, permitindo a construção em série tanto dos materiais quanto dos edifícios. A implantação dos blocos longilíneos de moradias se dava em fileiras orientadas no mesmo sentido, rotacionadas a cada espaço, de acordo com as ondulações do terreno. (BENÉVOLO, 1994)

Assim caracterizavam-se as *Siedlungen*, os conjuntos habitacionais alemães que formaram verdadeiros bairros, onde não só May, como também Gropius e outros arquitetos puderam fazer suas experimentações quanto ao urbanismo moderno. Estes bairros seriam produzidos desde 1924 até a ascensão nazista, quando se interromperiam as construções. As experiências do arquiteto, porém, seriam transmitidas através dos CIAM, os Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna, a partir de 1927, influenciando o planejamento urbano da cidade modernista.

A divulgação e apropriação no Brasil

O crescimento da burguesia ligada aos processos de industrialização no início do século XX, associado à formação de uma classe operária, colocou a urbanização em discussão na sociedade brasileira, e com o aumento populacional nas cidades onde essas indústrias se desenvolviam, os arquitetos assumem a importância do planejamento urbano. (XAVIER, 2003)

A arquitetura era até então desligada de qualquer vínculo social e associada a estilos, em particular o eclético, de cunho neoclássico ou neocolonial, ou ainda o barroco. O urbanismo e a arquitetura modernos difundidos na Europa passaram a chegar ao Brasil de múltiplas maneiras: através de revistas e livros; de informações trazidas por profissionais que voltavam de estudos no Velho Continente, como Atílio Correia Lima, ou por estrangeiros que passaram a residir no Brasil, como o russo Gregory Warchavchik. Entretanto, demoravam a aparecer as inovações já observadas nos demais campos

artísticos, como a literatura e as artes plásticas, que culminaram na Semana de Arte Moderna, realizada em 1922 na cidade de São Paulo, com o apoio da burguesia local.

Mindlin aponta a Semana de 1922 como um dos primeiros passos do Movimento Moderno no Brasil, juntamente com o manifesto de Warchavchik intitulado “Acerca da arquitetura moderna”, de 1925, e sua casa na Rua Santa Cruz, a casa modernista, concluída em 1928, entre outros antecedentes. Porém, para Martins (1987, p.XVI),

não será possível pensar a constituição da arquitetura moderna sem considerar a exigência de seu enfrentamento com as questões que marcaram o clima ideológico do período de sua afirmação no Brasil: ao processo de modernização, o projeto de construção de uma identidade nacional e o papel específico do Estado nos processos de transformação social e cultural.

O quadro político, econômico e social brasileiro nos anos pré-golpe de 1930 configurava uma atmosfera receptiva para as idéias revolucionárias do movimento internacional. Para Mindlin, a insurreição mais do que um golpe de Estado, foi uma verdadeira revolução que “*imposed a new regime and a new state of mind*”. (MINDLIN, 1961 apud MARTINS, 1987, p.23)

O novo regime se fez um governo centralizado na figura do presidente, “uma autoridade capaz de mediar a planificação urbanística e os programas civis” (MARTINS, 1987, p.84). Um Estado forte era justamente a condição necessária, segundo Le Corbusier, para a prática da arquitetura moderna e essa seria, de acordo com Martins, uma das justificativas do interesse do arquiteto pelo país, e da receptividade brasileira às suas proposições.

O governo Vargas daria privilégio à busca por industrialização e por uma identidade nacional, um novo Brasil industrial e desenvolvido, e dentro deste programa, a criação do novo homem brasileiro, incentivado através da criação dos Ministérios do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) e da Educação e Saúde Pública (MESP). O prédio do MESP no Rio de Janeiro teria o projeto idealizado por Le Corbusier e por alguns de seus jovens seguidores no Brasil. Este é o marco definitivo do nascimento da arquitetura moderna brasileira, que se consolidaria, entre outras maneiras, nos projetos de conjuntos habitacionais dos Institutos de Aposentadoria e Pensões.

O ideário Moderno no Projeto de Moradias Populares no Brasil

Retomando o processo de ajustamento entre arquitetura moderna e os conjuntos residenciais dos IAP a partir da obra do engenheiro-arquiteto Rubens Porto, se observa que em seu livro “O Problema das Casas Operárias e os Institutos de Aposentadoria e Pensões” o autor assinala que já em 1936 a questão da inversão do patrimônio dos IAP era um grave problema, pelo volume total arrecadado e pela falta de opções de aplicação dessa reserva.

Porto, então membro do Conselho Nacional do Trabalho e assistente técnico do Ministro do Trabalho, possuía acesso privilegiado a dados relevantes e, conforme estas informações e ainda de acordo com seus estudos, ele via grande conveniência na aplicação das reservas patrimoniais em imóveis.

Naquele momento a arquitetura internacional preocupava-se com a resolução de um problema urgente advindo dos novos tempos industriais: alojar as multidões que se aglomeravam nas cidades, sendo esta a razão social da arquitetura para Le Corbusier, cuja obra influenciaria significativamente o trabalho de Rubens Porto. Também o arquiteto brasileiro iria observar que

na verdade, nenhuma aplicação pela sua função social, afora a das finalidades principais dos institutos e caixas de aposentadoria e pensões, poderá ser melhor louvada do que a inversão do seu patrimônio na concessão do teto ao nosso trabalhador, qualquer que seja a sua classe. (PORTO, 1938, p.66)

Mesmo observando que até o ano de 1937, pouco se atuara nesta questão, pois “havia sido construídos e adquiridos por todas as caixas e institutos apenas 118 imóveis para residência de seus associados” (PORTO, 1938, p.28), Porto acredita que o Decreto n.º 1749 do mesmo ano, que regulamentava as carteiras prediais dos IAP, deveria favorecer e facilitar as iniciativas de inversão patrimonial neste sentido. Porém, não era o bastante.

Católico, Rubens Porto se preocupava essencialmente com a família do trabalhador brasileiro, e arquiteto, via na salubridade da casa moderna uma forma de mudar a rotina dessa população. Não era suficiente, segundo ele, doar moradias ao operário e sua família, era preciso em primeiro lugar cuidar para que esta moradia fosse, em todos os aspectos, saudável e higiênica, se preciso, doando-se inclusive os móveis e utensílios adequados a cada caso. Posteriormente era necessário ensiná-los a morar na nova casa e a ter hábitos sãos. Do contrário se estaria apenas transferindo a população de seus antigos abrigos, precários e insalubres, com todos os seus costumes insatisfatórios à nova vida, para um lugar melhor.

Eis o primeiro ponto de encontro entre a ideologia varguista e a ideologia moderna: construir um novo homem. Ao morar na casa moderna, em um novo ambiente urbano, o trabalhador deveria ser instruído, acompanhado, moldado, assim como deveria acontecer para que fosse o operário padrão da indústria nacional, responsável pelo desenvolvimento da nação.

Paulo Bruna destaca a “apropriação e uso do poder” pelo arquiteto ao citar parte do discurso pronunciado por Getúlio Vargas, na ocasião do primeiro aniversário da Constituição do Estado Novo. Segundo Bruna (1998, p.81) as idéias básicas do discurso teriam vindo do próprio Rubens Porto. Para ele, “chama a atenção a firmeza com que se indica ter o Estado

Novo assumido a responsabilidade pelo provimento de habitações adequadas para as classes trabalhadoras”.

Ainda no livro “O Problema das casas operárias”, Porto ressalta um fator de grande relevância no que seria a produção habitacional dos IAP: a localização da moradia do trabalhador fabril. Indica que a escolha do local do conjunto habitacional deve levar em consideração a distância aos locais de trabalho, o movimento natural da população, a permanência e a precariedade. Recomenda, pois, a aquisição de áreas a pequena distância do centro, com a intenção de descongestionar o núcleo da cidade, assim como fazia o mestre Le Corbusier, o que baixaria o custo da habitação, enfatizando a necessidade de meios de transporte disponíveis à população moradora.

O fato é que muitos conjuntos foram construídos nas periferias das cidades, onde a terra era barata e a circulação difícil, porém, muitos deles foram, por sua vez, construídos nas áreas centrais, ou junto dessas áreas, onde os terrenos tinham alto valor imobiliário e havia infra-estrutura urbana. A sugestão de Porto de aproximar o trabalhador do centro e, portanto também de seu local de trabalho não tinha, a princípio, equivalente na ideologia estatal. Contudo, pode-se fazer esta aproximação de interesses na decisão estatal de oferecer benefícios ao trabalhador urbano, criando nas massas aliados do presidente Vargas, que veriam nele o “pai dos pobres”.

É importante salientar, porém, que boa parte das diretrizes governamentais seria aplicada apenas parcialmente, o que para Bruna (1998) é uma consequência da inexistência de um eventual Ministério da Habitação e Desenvolvimento Urbano, enquanto os conjuntos habitacionais dos IAP eram supervisionados pelo Ministério do Trabalho. O autor chama a atenção para a ênfase com que se pretendia administrar o controle do uso da terra urbana, “num momento em que as cidades cresciam aceleradamente e a especulação imobiliária sobrepunha-se a qualquer planejamento urbano” (BRUNA, 1998, p.82), além da associação desse controle à criação de vias de transporte, o que para ele era um indicador da consciência da necessidade do planejamento urbano.

Ainda preocupado com o custo dos terrenos nas regiões centrais, que acarretariam aumento no valor das habitações, Rubens Porto declara que nestes locais seria de grande interesse a construção de edifícios de apartamentos, atendendo ao custo elevado da terra. Sugere ainda o emprego de um novo elemento construtivo, o *piloti*, que acarretaria em grandes vantagens, tais como: 1. Higiene e salubridade, já que se afastaria o imóvel do solo; 2. Visibilidade, tanto de dentro dos apartamentos, elevados, quanto do solo, livre; 3. Circulação, possível sob o edifício; 4. Utilização das áreas liberadas para instalação de serviços públicos; 5. Facilidade de adaptação com relação à configuração do solo; e 6. Recreio de crianças e ponto de reunião, de alto alcance social para evitar a dispersão das famílias (PORTO, 1938, p.44). Enumera ainda fatores econômicos, dentre os quais: a

diminuição dos movimentos de terra, embasamentos e aterros, além e recuperar 95% da área construída.

A opção por apartamentos desobrigava ainda a divisão do terreno em lotes e permitia a implantação de vários blocos numa grande área verde. “Na verdade, bem pouco valeria construir habitações econômicas e as dividir em pequenos lotes, misturados entre as construções urbanas existentes, duma outra era, com toda a promiscuidade dos cortiços vizinhos”, afirmava Porto (1938, p.57).

Era preciso “concentrar os programas de habitação barata sobre grandes planos de organização regional” (PORTO, 1938, p.61), verdadeiras células autárquicas de cidade, com vias próprias de tráfego exclusivamente local, ruas de pedestres e campos de esportes entre os edifícios. A constante presença da natureza tornaria o lar mais aprazível e saudável.

Em nenhum outro momento da história da produção da casa popular se produzira núcleos habitacionais de tão grandes proporções. Assim sendo, a referência para a construção destas “células de cidade” não poderia vir de outro lugar que não do urbanismo moderno, em especial as *Siedlungen* alemãs, de Gropius e May.

Novamente Paulo Bruna chama a atenção para o fato de a política habitacional do período Vargas, particularmente através dos IAP, ter-se materializado não pela construção de moradias isoladas, embora a casa própria autoconstruída também fosse incentivada por outros programas estatais, mas pela construção de “conjuntos habitacionais multifamiliares, racionalmente projetados e construídos”, o que indicaria pleno conhecimento por parte do Estado das “dificuldades técnicas e materiais implícitas nesse processo”. (BRUNA, 1998, p.82)

Mais uma vez os ideais modernos e políticos se encontram. A construção de conjuntos de habitações permitia uma melhor relação custo/qualidade, obtida através da racionalização dos métodos de projeto e construção. Entretanto, para alguns autores, como mostra Marta Farah (1983, p.53), “a construção de várias unidades em um mesmo local propiciava às realizações habitacionais maior potencialidade de manutenção política” e social, e neste sentido, portanto, a proposta modernista seria divergente da estatal, pois em momento algum previa qualquer tipo de manutenção da população moradora, pretendendo, ao contrário, libertá-la das condições inapropriadas em que vivia e trabalhava.

Ainda sobre a liberação de antigos hábitos e costumes dos trabalhadores, propunha também Porto a existência no próprio conjunto de bibliotecas, cursos, reuniões, concertos, jogos e espetáculos, que aprimorariam o gosto cultural dos trabalhadores e dariam conta da sua necessidade por vida social. Segundo ele os operários precisavam de opções para melhor empregar suas horas de lazer, sendo estes momentos, oportunidades para que se aperfeiçoassem espiritual e moralmente, retirando o trabalhador do vício e da ociosidade. Para o autor, viver em sociedade era uma das melhores maneiras de educar o homem

trabalhador, e dar-lhe a opção de divertir-se e reunir-se junto a seu próprio lar e família, na área liberada pelos pilotis, poderia impedi-lo de freqüentar lugares impróprios onde buscasse essa vida social, como em bares e botequins. Aqui se observa novamente seu apreço pela integridade da família, associado à proposta divulgada especialmente por Le Corbusier de prover as áreas habitacionais com equipamentos coletivos.

Ainda mais uma vez o ideário moderno se apropria ou é apropriado pelo ideário varguista, na medida em que o oferecimento de equipamentos de cultura e recreação implicava a idéia da formação do novo homem brasileiro, trabalhador e aculturado. Porém, tal proposição é também contestada. Isto porque, segundo Bonduki (1998), muitos imaginavam que os equipamentos coletivos, como creches, escolas e cinemas nos conjuntos habitacionais exerceriam papel de instituições de controle e reprodução ideológica.

Para Rubens Porto, no entanto, a idéia de “doar” a moradia ao trabalhador, de dar-lhe meios para crescer moral e culturalmente, de retirá-lo dos cortiços se inseria numa proposta muito maior, amplamente associada às pretensões de desenvolvimento nacional:

Dar casas ao povo é dar lares às famílias. Dar conforto ao povo é economizar verbas para hospitais e para policiamento. Multiplicar lares é multiplicar a energia moral e econômica das nações. O cidadão que possui um lar tem mais estabilidade. Uma sociedade de muitos lares é uma sociedade mais organizada e menos empírica. Dar lares às famílias é favorecer o amor à propriedade familiar, ao patrimônio tradicional. É distribuir a propriedade. É fazer justiça social. (PORTO, 1937 in PORTO, 1938, p.203)

Os Institutos de Aposentadoria e Pensões, ao apropriarem-se do ideário modernista, não somente pela atuação do arquiteto Rubens Porto dentro do Ministério do Trabalho, mas pelas obras de outros tantos arquitetos contratados pelos IAP, como Carlos Frederico Ferreira e Atílio Correia Lima, destacam-se, portanto, ao propor mais que uma simples moradia ao trabalhador, havendo a preocupação em garantir a ele condições de higiene adequadas, acesso à cidade e ao local de trabalho, a áreas verdes e vida em sociedade. Proposições essas que se ajustaram àquilo que o Estado pretendia garantir ao novo trabalhador, à nova indústria e, por conseguinte, à nova nação.

Considerações Finais

As casas operárias, construídas pelas Caixas e Institutos em vários Estados, ainda são em pequeno número e de preço elevado, em relação às posses dos empregados. Dei instruções ao Ministério do Trabalho para que, sem prejuízo das construções isoladas onde se tornarem aconselháveis, estude e projete grandes núcleos de habitações modestas e confortáveis. Recomendei, para isso, que se adquiram grandes áreas de terrenos e, se preciso, que se desapropriem as mais

vantajosas; que se proceda à avaliação das mesmas; que se levem em consideração os meios de transporte para esses núcleos; que se racionalizem os métodos de construção; que se adquiram os materiais, diretamente ao produtor; tudo enfim, de modo a se obter, pelo menor preço, a melhor casa. (BRUNA, 1998, p.81)

Esse discurso de Getúlio Vargas, de 1938, demonstra claramente o entusiasmo e determinação governamental em produzir habitações para o trabalhador, e ainda, deixa transparecer a influência moderna que balizava estas ações, por exemplo, ao evidenciar a preocupação com o local dos conjuntos habitacionais, “os mais vantajosos”, o transporte dos moradores e a racionalização dos métodos construtivos.

A relação entre Estado autoritário, porém intervencionista e paternalista, e arquitetura moderna, aqui claramente identificada como projeto de arquitetura inserida na cidade e não como projeto de objetos arquitetônicos, parece ter-se mostrado vantajosa para ambos os lados. Segundo Martins (1998), a visão paternalista e pedagógica da arquitetura na atenuação dos conflitos sociais e a visão do papel da habitação popular foram, entre outros, pontos de convergência entre as interpretações modernas e o pensamento autoritário.

O novo governo, ao buscar uma identidade nacional expressa em um país moderno e desenvolvido, portanto uma identidade a ser projetada e não recuperada do passado, criava as bases para o sentido do modernismo no Brasil. Ao mesmo tempo, uma arquitetura nova e adaptada aos tempos industriais, dava ao Estado um caráter modernizante e atualizado com o contexto internacional.

Assim, através dos conjuntos habitacionais empreendidos pelos Institutos de Aposentadoria e Pensões, arquitetura moderna e Estado chegaram às massas, propondo novos modos de morar, recrear, circular e conviver. Através de edifícios implantados em grandes áreas verdes, acompanhados de equipamentos coletivos e próximos do centro da cidade, conferindo a estes trabalhadores não só o direito à moradia, mas o caráter mesmo de cidadãos brasileiros.

Notas:

¹ Este trabalho é parte da pesquisa intitulada “Projetos de Habitação Popular Como Projetos de Cidade Moderna: Os Conjuntos Habitacionais dos IAP da Grande São Paulo de 1930 a 1964”, realizada dentro do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (área

de concentração Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo) no Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos – USP, sob orientação da Prof. Dra. Eulalia Portela Negrelos.

² Grifo do autor.

³ Por “cidadania regulada” entendo o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal. Em outras palavras são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei. (Santos, 1979:75)

⁴ A exceção fica para as vilas operárias em que a empresa visasse exercer total controle sobre seus trabalhadores, justificando o oferecimento de escolas, armazéns, campos de futebol, como é o caso da Vila Maria Zélia, construída por Jorge Street, em 1919, junto à Cia. Nacional de Tecidos de Juta, em São Paulo. (BONDUKI, 1998).

Referências Bibliográficas:

BENÉVOLO, Leonardo. *História da Arquitetura Moderna*. 3ª edição – São Paulo: Editora Perspectiva, 1994.

BONDUKI, Nabil G. *Origens da Habitação Social no Brasil. Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria*. São Paulo: Estação Liberdade/FAPESP, 1998.

BONDUKI, Nabil G. *Habitação social na vanguarda do movimento moderno no Brasil*. Texto apresentado no Seminário de Expertos en América Latina y Cataluña para Debatir La Conservación y Futuro de la Vivienda Social Moderna, Barcelona, 2008.

BRUNA, Paulo. *Os Primeiros Arquitetos Modernos. Habitação Social no Brasil 1930-1950*. Tese de Livre-Docência FAU-USP, São Paulo, 1998.

CAVALCANTI, Lauro. “Le Corbusier, o Estado Novo e a Formação da Arquitetura Moderna Brasileira” in: GUERRA, A. [org.] *Textos Fundamentais sobre a História da Arquitetura Moderna no Brasil*. vol. 1. São Paulo: Romano Guerra, 2010, p.109-115.

CHOAY, Françoise. *O Urbanismo: utopias e realidades, uma antologia*. São Paulo: Perspectiva, 2007. Coleção Estudos.

CORREIA, Telma de Barros. *A construção do Habitat Moderno no Brasil – 1870 - 1950*, São Carlos: RiMa/FAPESP, 2004.

FARAH, Marta F. dos Santos. *Estado, Previdência Social e Habitação*. Dissertação de Mestrado. FFLCH USP São Paulo, 1983.

IANNI, Octávio. *A formação do Estado populista na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

MARTINS, Carlos A. F. *Arquitetura e Estado no Brasil. Elementos para uma investigação sobre a Constituição do discurso moderno no Brasil: a obra de Lucio Costa 1924/1952*. Dissertação de Mestrado FFLCH-USP, São Paulo, 1987.

MARTINS, Carlos A. F. *Arquitetura Moderna Brasileira em Contexto – uma Proposta de Revisão Historiográfica*. Tese de Livre-Docência EESC-USP, São Carlos, 1998.

PORTO, Rubens. *O Problema das Casas Operárias e os Institutos de Aposentadoria e Pensões*. Rio de Janeiro: s/e., 1938.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e Justiça*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.

WEFFORT, Francisco. *O Populismo da Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

XAVIER, Alberto *Depoimento de uma Geração _ Arquitetura Moderna Brasileira*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.